

COORDENADORES

Gisela Sampaio da Cruz Guedes

Mariana Freitas de Souza

Felipe Varela Mello

Victor Willcox

DIREITO CIVIL *e* ARBITRAGEM

Influxos e Desafios

VOLUME 2

CBMA
CENTRO BRASILEIRO DE
MEDIÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS



COORDENADORES

Gisela Sampaio da Cruz Guedes

Mariana Freitas de Souza

Felipe Varela Mello

Victor Willcox

DIREITO CIVIL E ARBITRAGEM
INFLUXOS E DESAFIOS

VOL. II



EDITORA
PROCESSO
Rio de Janeiro
2026

EDITORA PROCESSO
Tels: (21) 98499-0001 / (21) 2209-0401 / (21) 3889-8181

www.editoraprocesso.com.br www.catalivros.com.br
Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio LTDA ME

Copyright © 2026 - Gisela Sampaio da Cruz Guedes, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial da Editora Processo

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)
Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira
Ana Frazão
Antônio Augusto Cançado Trindade (*In memoriam*)
Antônio Celso Alves Pereira
Caitlin Sampaio Mulholland
Carla Adriana Comitri Giberton
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho
Carlos Martins Neto
Cleyson de Moraes Mello
Eneas de Oliveira Matos
Eugênio Facchini Neto
Fernando de Almeida Pedrosa
Gustavo Pereira Leite Ribeiro
Hélio do Vale Pereira
Joyceane Bezerra de Menezes
Marco Aurélio Lagreca Casamasso
Marco Aurélio Peri Guedes
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Cristina De Cicco
Mariana Pinto
Martônio Mont'Alverne Barreto Lima
Mauricio Moreira Menezes
Melhim Namem Chalhub
Sergio Campinho
Zeno Veloso (*In memoriam*)

Diagramação - Mariana Carvalho
Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G346d

Guedes, Gisela Sampaio da Cruz, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Direito Civil e Arbitragem - Influxos e Desafios - Vol. 2 / Gisela Sampaio da Cruz Guedes, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Rio de Janeiro: Processo, 2026.
692 p.: 23cm
ISBN - 978655378370-6

1. Direito Civil e Arbitragem - Influxos e Desafios - Vol. 2. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

A ideia desta obra coletiva não nasceu de um lampejo, mas de uma observação reiterada, amadurecida ao longo da prática: a Arbitragem revela-se como um terreno particularmente fértil para o cultivo atento e rigoroso do Direito Civil. Ali, onde o formalismo processual cede espaço a um procedimento mais flexível, o julgador pode, por assim dizer, afastar as cortinas e permitir que a substância do conflito – o Direito em sua expressão mais concreta – venha ocupar o centro do palco.

No âmbito do Poder Judiciário, o julgador é frequentemente chamado a manejar um intrincado aparato de questões processuais, que, embora indispensáveis, muitas vezes funcionam como o andaime que oculta a fachada. Na Arbitragem, ao contrário, a elasticidade do procedimento permite que árbitros e advogados – livres de certos constrangimentos formais – se detenham com maior vagar e profundidade sobre o direito material controvertido, que, não raro, encontra suas raízes mais profundas no Direito Civil. É nesse espaço menos ruidoso, mais propício à reflexão, que os institutos civilísticos revelam toda a sua densidade e vocação prática.

É justamente dessa constatação que emerge a proposta da coletânea: estabelecer um diálogo entre o Direito Civil e a Arbitragem, dois campos que, longe de se ignorarem, se entrelaçam como raízes subterrâneas de uma mesma árvore.

A primeira – e talvez mais evidente – interseção entre esses universos manifesta-se na aplicação, pelo tribunal arbitral, dos tradicionais institutos do Direito Civil. Como interpretam os árbitros os mais variados contratos e cláusulas que lhes são submetidos? De que modo mobilizam categorias clássicas – inadimplemento, nexo de causalidade, dano, entre tantas outras – não apenas para decidir o mérito das controvérsias, mas também para quantificar, com precisão, os pleitos formulados pelas partes? Essas questões atravessam a obra como um fio condutor.

O diálogo entre o Direito Civil e a Arbitragem não se esgota nessa dimensão mais imediata. Indo além, percebe-se que os próprios alicerces da Arbitragem, enquanto método alternativo de resolução de disputas, se assentam sobre conceitos nucleares da dogmática civilística. A Arbitragem nasce de uma convenção privada e, como tal, submete-se naturalmente às categorias da teoria geral dos contratos, com tudo o que isso implica em termos de validade, eficácia, interpretação e limites.

Diversas outras indagações, exploradas ao longo dos capítulos, ilustram a riqueza desse diálogo. Pode o tribunal arbitral, valendo-se da desconsideração da personalidade jurídica, estender os efeitos da convenção de arbitragem a uma parte não signatária? Qual o destino da convenção arbitral na hipótese de transmissão da posição contratual ou creditícia de uma das partes? Em que medida a dogmática civilística do dever de informar, como expressão da boa-fé objetiva, ilumina o exame do dever de revelação imposto ao árbitro? E, afinal, qual é o regime de responsabilidade civil aplicável à atuação arbitral? São perguntas que desafiam respostas cuidadosas – e que os autores da obra se propuseram a enfrentar com rigor e criatividade.

Do ponto de vista estrutural, a coletânea reflete as tradicionais divisões do Direito Civil, percorrendo pelo campo da teoria geral, das obrigações, dos contratos, da responsabilidade civil, dos direitos reais, bem como pela seara do direito de família e das sucessões. Essa organização não é meramente didática: ela espelha a convicção de que a arbitragem não constitui um corpo estranho ao sistema, mas um espaço no qual a dogmática civilística encontra novas formas de expressão e concretização.

Cumprido, por fim, um esclarecimento que também é, de certo modo, uma nota de confiança. Os autores convidados a integrar a coletânea são profissionais de reconhecida excelência, todos com prática arbitral destacada, e escolheram livremente os temas de seus estudos, sem qualquer sugestão ou direcionamento prévio dos coordenadores, que se limitaram a explicar a ideia central da obra. Ao recebermos os textos, fomos surpreendidos – e aqui o termo não é retórico – pela originalidade das abordagens e pela finura das inter-

relações estabelecidas. Cada capítulo parece confirmar, à sua maneira, uma verdade simples e, ao mesmo tempo, profunda: a Arbitragem, quando bem compreendida, não afasta o civilista de sua dogmática; ao contrário, devolve-lhe o prazer do raciocínio jurídico em estado quase puro.

Se esta obra alcançar o seu propósito, não será por oferecer respostas definitivas – que o Direito raramente comporta –, mas por estimular novas perguntas, novos olhares e novas aproximações. Como um espelho discreto, espera-se que ela permita ao leitor reconhecer, na prática arbitral, o reflexo nítido e indispensável do Direito Civil. Desejamos, assim, não apenas uma boa leitura, mas uma leitura proveitosa, daquelas que permanecem na memória e seguem dialogando com o leitor muito depois de fechado o livro.

GSCG, MFS, FVM e VW

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

CONTRATOS EM ESPÉCIE

APLICABILIDADE DO REGIME DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS EM DISPUTAS ARBITRAIS SOBRE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA <i>Eduardo Damião Gonçalves e Letícia Rocha Gouveia</i>	17
--	----

REFLEXÕES SOBRE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES E ARBITRAGEM <i>Carlo de Lima Verona e Marianna Fleury Silveira de Alvarenga Trona</i>	37
--	----

OS CONTORNOS DO <i>FIT FOR PURPOSE</i> NA RESOLUÇÃO DE ARBITRAGENS DE CONSTRUÇÃO <i>João Marçal Martins, Gabriela Marquetti de Oliveira e Ian Sims Coan</i>	55
--	----

ARBITRAGEM E FRANCHISING: MERECIMENTO DE TUTELA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA À LUZ DO CONCEITO DE VULNERABILIDADE CONTRATUAL <i>Vynicius Pereira Guimarães</i>	87
---	----

NOTAS SOBRE <i>THIRD-PARTY FUNDING</i> EM ARBITRAGEM NO BRASIL E NA FRANÇA <i>Felipe Varela Mello e João Gabriel Volasco Rodrigues</i>	117
---	-----

A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: EXTENSÃO EM CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA E TRANSMISSÃO NOS CONTRATOS DE SEGURO – BREVES APONTAMENTOS

Gilberto José Vaz, Mariana Pacheco Colares e Renata Faria S. Lima 139

A ARBITRAGEM NO NOVO MARCO LEGAL DOS SEGUROS: DA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL PRÉ-LEGISLATIVA AOS NOVOS LIMITES INTRODUZIDOS PELA LEI N.º 15.040/2024

Ana Tereza Basilio e Fabiana Videira Lopes 171

ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES SECURITÁRIAS: PERSPECTIVAS PARA O DIREITO BRASILEIRO

Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Thiago Junqueira e Thaís Dias David Junqueira 189

ADEQUAÇÃO DA ARBITRAGEM ÀS CONTROVÉRSIAS DECORRENTES DE INVESTIMENTO EM *STARTUPS*

Liana Gorberg Valdetaro 219

RESPONSABILIDADE CIVIL

ARBITRALIDADE DE DISPUTAS PRÉ-CONTRATUAIS

Iara Conrado Ferreira e Fernanda Tharcilla 243

RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL E ARBITRAGEM

Pedro Paulo Salles Cristofaro e Fernanda Mitsuya 263

OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM DE BOA-FÉ: FONTES, CONTEÚDO E CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS DO INADIMPLEMENTO

Daniel Gruenbaum 295

O PAPEL DOS ÁRBITROS FRENTE ÀS CLÁUSULAS LIMITATIVAS DE RESPONSABILIDADE EM CONTRATOS EMPRESARIAIS

Mariana Cattell Gomes Alves e Patricia Albuquerque Pimentel 323

CRIPTOATIVOS, VALORAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE DANOS: DESAFIOS À LUZ DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E DA ARBITRAGEM

Marcelo Lamego Carpenter e Renata Auler Monteiro 341

DANO EMERGENTE E LUCROS CESSANTES FUTUROS

Michelle Lima Maluf, Caroline Gomes de Moura e Fernando Maluf 365

RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA ARBITRAL

Rafael Villar Gagliardi 391

ARBITRAGEM E MEIO-AMBIENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Marcelo Junqueira Calixto e Paula Karam 419

A ARBITRAGEM COMO FORO ADEQUADO À SUCESSÃO DESPORTIVA

Pedro Henrique Bandeira Sousa, Thiago Dias Delfino Cabral, Jonas Decorte Marmello e Pedro Cavalcanti Rocha 437

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL COMO INSTRUMENTO ADEQUADO DE PROTEÇÃO DO ÁRBITRO NO EXERCÍCIO DE SUA ATIVIDADE: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Victor Willcox e Alexandre Gonçalves 465

DIREITOS REAIS

O USUFRUTO DE QUOTAS E AÇÕES E A DELIBERAÇÃO PARA INCLUIR CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NO CONTRATO SOCIAL E NO ESTATUTO

Maria Lucia Cantidiano, Isabel Cantidiano e Antonio Pedro Sodré 483

APONTAMENTOS SOBRE A EFICÁCIA DAS DECISÕES ARBITRAIS JUNTO A ÓRGÃOS DE REGISTROS PÚBLICOS	
<i>Luiz Fernando Fraga e Jessica Antunes</i>	513

FAMÍLIA E SUCESSÕES

DEFENSORIA PÚBLICA E ARBITRAGEM NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS SOBRE ALIMENTOS	
<i>Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez</i>	543
ARBITRAGEM NO DIREITOS DAS FAMÍLIAS E DAS SUCESSÕES: LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Gustavo Rebello Horta</i>	559
ARBITRAGEM NO DIREITO SUCESSÓRIO	
<i>Sergio Nelson Mannheimer e Bernardo Latgé</i>	579

FUTURO INCERTO

ARBITRAGEM E SEGURANÇA JURÍDICA: A MATURAÇÃO DE UM MEIO ADEQUADO DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS	
<i>Luiz Fux e Abhner Youssif Mota Arabi</i>	607
A LEI COMO FATOR DE INSTABILIDADE E A DISCIPLINA DA ARBITRAGEM NO PL N. 4/2025	
<i>Guilherme Carneiro Monteiro Nitschke</i>	621
INSEGURANÇA JURÍDICA COMO PRODUTO NORMATIVO: IMPACTOS DO PROJETO DE LEI N.º 4/2025 NA ARBITRAGEM BRASILEIRA	
<i>Sílvia Julio Bueno de Miranda e Caique Bernardes Magalhães Queiroz</i>	633

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ARBITRAGEM: NOVOS PANORAMAS A RESPEITO DA CAPACIDADE PARA SER ÁRBITRO/A?	
<i>Fernando Eduardo Serec e Anna Paula Yazaki Sun</i>	653

NOTAS SOBRE A VIABILIDADE DO RECURSO INTERNO EM ARBITRAGEM	
<i>Gustavo Favero Vaughn, Octavio Weicker Valverde Gutierrez e Rodrigo Dabus</i>	673